

PERCEPÇÃO SOCIOAMBIENTAL DE *STAKEHOLDERS* NO CONTEXTO DO ZONEAMENTO SOCIOECONÔMICO E ECOLÓGICO DO ESTADO DE MATO GROSSO – BRASIL

*Rodolfo José de Campos Curvo*¹

*Carolina Joana da Silva*²

*Lucimar Rodrigues Vieira Curvo*³

RESUMO: O ZSEE/MT é instrumento técnico e político que direcionará o ordenamento e a ocupação do território de Mato Grosso. O objetivo principal deste estudo foi avaliar as percepções socioambientais no contexto do ZSEE/MT. Sua abordagem é qualitativa, utilizando entrevistas semi-estruturadas, com 65 participantes. Como resultado principal, destaca-se a identificação e a caracterização de grupos de *Stakeholders*, onde predominou a percepção socioambiental com enfoque econômico na Categoria de Mercado.

PALAVRAS-CHAVE: Zoneamento ambiental, percepção.

ABSTRACT: The ZSEE/MT is an instrument characterized as technical and political. It will direct the order and the occupation of the territory of Mato Grosso. This study aimed at evaluating the participants' socio environmental perceptions in the context of the ZSEE/MT. This research typed as qualitative approach counted on semi structuralized interviews carried out on 65 participants. As main result it was distinguished the identification and characterization of Stakeholders groups, in which, the socio environmental perceptions were identified as Economic focused at the Market Category.

KEYWORDS: Environmental zone, perception.

- 1 Doutor em Ciências Biológicas, pela Universidade Federal de São Carlos-SP (UFSCar); professor de Biologia no IFMT – Campus Cuiabá. E-mail: rodolfo.campos@cba.ifmt.edu.br.
- 2 Doutora em Ecologia e Recursos Naturais, pela Universidade Federal de São Carlos; pós-doutora, pelo *Max Planck Institut für Limnologie*, orientadora do curso de Mestrado e Doutorado em Ecologia e Recursos Naturais da Unemat e UFSCar. E-mail: ecopanta@terra.com.br.
- 3 Especialista em Educação, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); professora de Biologia do IFMT – Campus Cuiabá. E-mail: lucimar.curvo@gmail.com.

INTRODUÇÃO

Denominado “celeiro do mundo”, Mato Grosso, estado brasileiro que faz parte da região Centro-Oeste do Brasil, está localizado na parte sul do continente americano. Reconhecido como uma das regiões mais ricas do planeta por comportar três grandes biomas (Pantanal, Amazônia e Cerrado) e ainda ser o principal produtor de grãos que abastecem o mundo, tem se configurado como fronteira mundialmente conhecida da expansão agrícola e do agronegócio.

Além disso, em nítido contraste, percebe-se a megadiversidade incontestável destes seus biomas, que vêm se tornando uma preocupação para ambientalistas, cientistas e autoridades de todo o mundo, tendo em vista índices alarmantes de atividades antrópicas sem o devido planejamento e manejo. É evidente que estes biomas vivenciam um processo de uso e ocupação desordenado de suas paisagens, e clamam por cuidados ambientais, assim como as comunidades tradicionais e biorregionais e os vários grupos sociais existentes.

Nesse contexto de preocupação e de exploração dos recursos naturais regionais e nacionais, houve a regulamentação, pelo Poder Executivo regional, da proposta do Zoneamento Socioeconômico e Ecológico do Estado de Mato Grosso – Brasil. Tal regulamentação ocorreu recentemente, por força de Lei e com o intuito de ordenar a ocupação em seus aspectos sociais, ecológicos e econômicos. Historicamente, este Zoneamento foi concebido através de estudos nos últimos 20 anos, com várias versões e inúmeros conflitos, que serviram de base para a atual Lei que está em análise no Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama), e cuja implantação dependerá ainda da sanção do presidente da República do Brasil. A proposta inicial foi discutida com a sociedade, tendo a participação de muitas entidades e representantes sociais.

Por isso, viemos, através deste artigo, oferecer subsídios para a construção desta Lei, com o intuito de diagnosticar as relações e percepções socioambientais dos *Stakeholders* (tomadores de decisões) em torno do ZSEE/MT. Realizamos estudos, durante os Grupos de Trabalhos e

Audiências Públicas, concentrando nossos esforços para identificar as demandas e conflitos socioambientais, culturais e econômicos, procurando caracterizar o conjunto das interações entre os atores envolvidos, suas estratégias e alianças, tendo como premissa qualificar os processos decisórios da gestão territorial das paisagens do estado de Mato Grosso – Brasil decorrentes da proposta do ZSEE/MT.

Neste estudo, a análise socioambiental compreende a identificação, em um contexto estadual, de conflitos, demandas e alianças entre os grupos sociais e seus atores (*Stakeholders*).

OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL

Avaliar o contexto socioambiental do ZSEE/MT, procurando identificar e caracterizar a percepção dos atores sociais (*Stakeholders*) na construção do ZSEE/MT, para qualificar as suas participações nos grupos de trabalho e audiências públicas.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Caracterizar, através de diagnóstico, a percepção socioambiental dos atores, ou *Stakeholders* participantes dos trabalhos técnicos e audiências públicas, nas Regiões de Planejamento do ZSEE/MT de Diamantino, Tangará da Serra e Alta Floresta;
- Discutir o contexto do ZSEE/MT na perspectiva de sustentabilidade socioambiental do estado de Mato Grosso, tendo como referência a Educação Ambiental.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

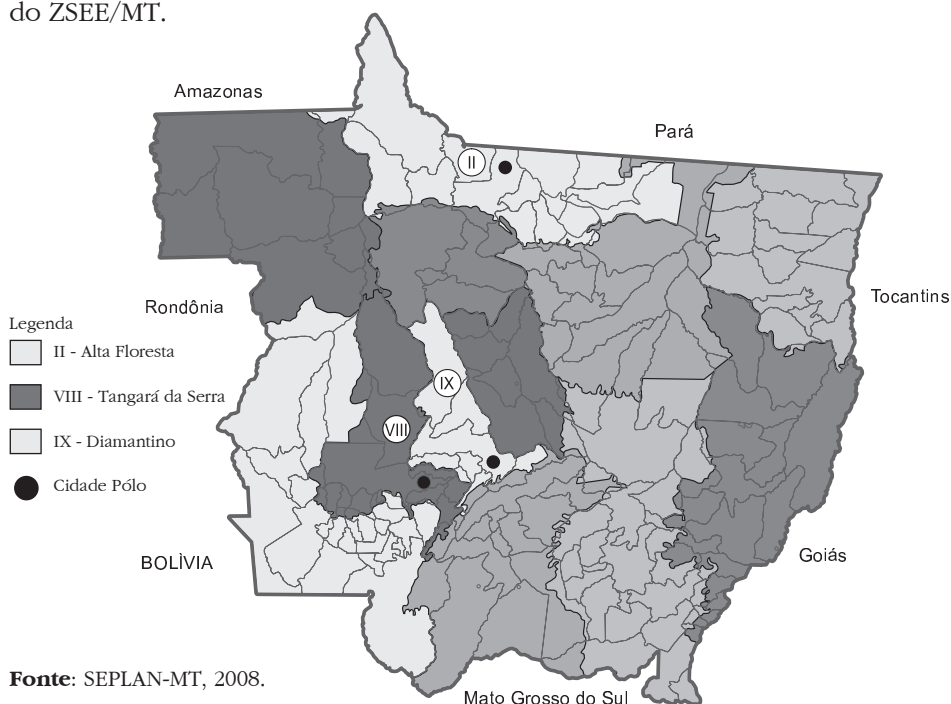
ÁREA DE ESTUDO

Em uma escala regional, a área de estudo é o ZSEE/MT, instituído pelo Projeto de Lei nº 273/2008, encaminhado pelo Poder Executivo Estadual à Assembleia Legislativa (AL) em abril de 2008, após ser socializado pelas 47 entidades que integram a Comissão Estadual de Zoneamento.

O ZSEE/MT começou a ser apresentado para debate com a sociedade, em todo o estado. No total, foram 15 seminários (Grupos de Trabalho) e audiências públicas, em 12 polos regionais de Planejamento definidas pelo ZSEE/MT.

Definiu-se uma localização em maior escala, em nível municipal, e muito mais focada nos Polos de Planejamento de Alta Floresta, Tangará da Serra e Diamantino – Regiões de Planejamento II, VIII e IX, respectivamente.

Figura 1. Mapa de localização das Regiões II, VIII e IX de Planejamento do ZSEE/MT.



Fonte: SEPLAN-MT, 2008.

Nesses polos, aconteceram as reuniões dos Grupos de Trabalho nos dois primeiros dias e no último da Audiência Pública com a Comissão Especial do ZSEE/MT, nas seguintes datas: de 16 a 18 de outubro de 2008, em Diamantino-MT; de 29 a 31 de outubro de 2008, em Tangará da Serra-MT; e, em Alta Floresta-MT, de 7 a 9 de maio de 2009.

MATERIAIS E MÉTODOS

ABORDAGEM QUALITATIVA DA PESQUISA

Esta pesquisa tem uma abordagem qualitativa, baseando-se nos pressupostos de Lüdke e André (1986), e Gil (2007). Caracteriza-se por ser predominantemente qualitativa, descritiva e de natureza exploratória (KÖCHE, 2006).

FONTES E TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS

Para a identificação de *Stakeholders*, utilizou-se a coleta de dados através de entrevistas semi-estruturadas, baseando-se nos pressupostos de Lüdke e André (1986), em um universo de 65 participantes dos trabalhos técnicos e audiências públicas. As entrevistas foram realizadas nos dias dos Grupos de Trabalho e Audiências Públicas, nos municípios de Diamantino, Alta Floresta e Tangará da Serra, e continham um rol de 8 perguntas, como segue abaixo:

- 1 – O que é o Zoneamento Socioeconômico e Ecológico para você?
- 2 – Quais são as pessoas ou grupos sociais que impedem a execução de suas atividades nesta região?
- 3 – Quais são os seus parceiros e seus interesses nesta audiência?
- 4 – Quais os principais conflitos que você identifica na proposta do ZSEE/MT?

5 – Quem são os mais prejudicados e os mais beneficiados com o ZSEE/MT?

6 – Quais são as suas demandas (o que você espera do ZSEE/MT para esta região)?

7 – O que você sugere para melhorar a proposta do ZSEE/MT apresentada?

8 – Indique pessoas que você conhece que conheçam o assunto.

De forma complementar, realizou-se intensas observações e anotações das falas, dos discursos e os tempos de fala, dos posicionamentos, das intervenções, das posturas, das comunicações (contatos) entre as pessoas e os grupos, suas estratégias, recursos, e de todas as relações possíveis no contexto do cenário vivenciado.

Para análise e interpretação dos dados, utilizou-se como referência a Avaliação Ecológica do Milênio (AEM, 2003), havendo uma preocupação em contextualizar o bem-estar humano, serviços ambientais e fatores de mudanças diretos e indiretos, para a identificação das funções ambientais.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Um dos autores pioneiros na abordagem do território foi Raffestin (1993). Na sua obra, merece destaque o caráter político do território, bem como a sua compreensão sobre o conceito de espaço geográfico, pois o entende como substrato, um palco, preexistente ao território. Nas palavras do autor:

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente [...], o ator ‘territorializa’ o espaço (ibid.).

Dentro da concepção enfatizada pelo autor, e que se enquadra muitas vezes nesta pesquisa, o território é tratado, principalmente, com uma ênfase político-administrativa, isto é, como o território nacional, espaço físico onde se localiza uma nação; um espaço onde se delimita uma ordem jurídica e política; um espaço medido e marcado pela projeção do trabalho humano com suas linhas, limites e fronteiras.

Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente, o ator territorializa-o. Neste sentido, Raffestin (1993) entende o território como sendo

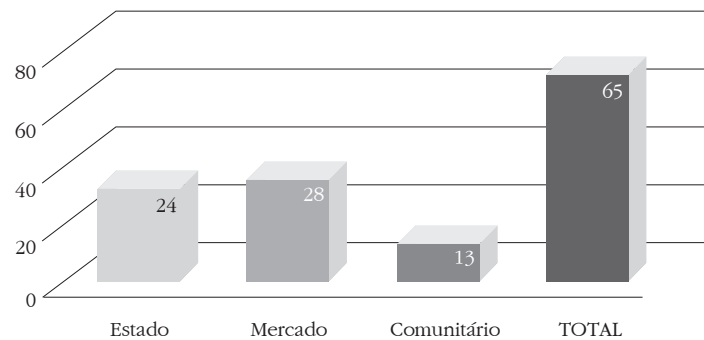
[...] um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. [...] o território se apóia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolvem, se inscreve num campo de poder [...].

CATEGORIAS GERAIS DE *STAKEHOLDERS*

Verificou-se que os Atores ou Stakeholders estavam organizados e distribuídos de acordo com as Categorias (Figura 2). Identificou-se que cada *Stakeholder* possuía necessidades de representação política ou ia à busca da defesa de interesses durante a participação nos grupos ou seminários técnicos e nas audiências públicas nas Regiões II, VIII e IX de Planejamento. Enquadraram-se todos os entrevistados em três Categorias, sendo elas denominadas: de Estado, de Mercado e Comunitário.

Entrevistaram-se 65 *Stakeholders*, sendo que a Categoria de Estado apresentou 24 (36,92%). Já a Categoria de *Stakeholders* Comunitários teve 13 participantes, ou seja, 20%. A maior representação ficou com os da Categoria de Mercado, com 28 entrevistados, atingindo 43,07%. Foi significativa a representação de duas categorias somadas, de Estado e de Mercado, chegando a 52 entrevistados, portanto 80% dos *Stakeholders*.

Figura 2. Categorias gerais de *Stakeholders* entrevistados.



Identificou-se que os *Stakeholders* entrevistados durante a realização dos grupos de trabalho e audiências públicas tiveram como procedência 18 municípios diferentes do estado de Mato Grosso, sendo 17 (75,4%) pertencentes às Regiões II, VIII e IX de Planejamento, a Região de Cuiabá e outros estados (Distrito Federal, São Paulo e Paraná).

Dos 65 entrevistados, 39 (46,2%) declararam que procediam da Região IX de Planejamento, ou seja, do Polo de Diamantino; 6 pessoas, ou seja, 9,25% são da Região II, e 13 (20%) são da Região VIII.

Dos municípios de procedência nas três Regiões de Planejamento onde se realizaram as entrevistas, houve predomínio dos *Stakeholders* vindos de Cuiabá-MT, com 13 pessoas (20%), e da cidade de Diamantino-MT, com 11 (16,9%), que, somadas, chegam a 23, totalizando 35,4%. Evidencia-se que Cuiabá está no Polo VI da Região de Planejamento de Cuiabá, não pertencendo às Regiões II, VIII ou IX. Os municípios que apresentaram menor número de entrevistados são os de Arenápolis (Região IX), Paranaíta e Matupá (Região II), e Nova Olímpia (Região VIII), totalizando apenas 4 (6,2%).

Na análise da procedência dos entrevistados e suas respectivas categorias, evidenciou-se que, na Região IX de Planejamento, houve o maior número de integrantes da Categoria de Mercado: 16 entrevistados (24,62%). Na Região II, entrevistaram-se 3 (6,2%); e, na Região VIII, 7 pessoas (10,8%). Do total de entrevistados da Categoria de Mercado,

25 tiveram sua origem nos municípios das Regiões de Planejamento (Tabela 1).

Tabela 1. Municípios de procedência dos entrevistados por categorias de *Stakeholders*.

Município	Região de Procedência (RP)	Categorias Mercado, Comunitário e Estado			Nº	%	%
São José do Rio Claro	IX	3	0	2	5	7,7	46,2
Diamantino		6	2	3	11	16,9	
Nortelândia		1	0	1	2	3,1	
Arenápolis		3	0	0	1	1,5	
Nova Marilândia		0	0	1	2	3,1	
Nova Maringá		1	0	2	2	3,1	
Alto Paraguai		1	1	1	5	7,7	
Brasnorte		1	0	1	2	3,7	
Alta Floresta	II	1	0	1	2	3,1	9,2
Terra Nova do Norte		2	0	0	2	3,1	
Paranaíba		0	0	1	1	1,5	
Matupá		0	0	1	1	1,5	
Barra do Bugres	VIII	1	2	1	4	6,2	20
Tangará da Serra		3	2	1	6	9,2	
Campo Novo do Parecis		2	0	0	2	3,1	
Nova Olímpia		0	0	1	1	1,5	
Cuiabá		2	6	5	13	20	20
Outros Estados		1	0	2	3	4,6	4,6
Total Geral		28	13	24	65	100	100

A análise das relações sociais em torno do ZSEE/MT gera discussão em relação à ideia de participação política dos atores que estão presentes ou envolvidos direta ou indiretamente no processo. Tal participação é necessária para a tomada de decisões na sociedade, além do que se apresenta como um caminho, uma das principais vias alternativas, para o alcance da inserção social nas regiões estudadas e diminuição das desigualdades econômicas e do bem-estar humano.

Deve-se considerar, também, que o processo de globalização em marcha acabou com os limites geográficos, mas não eliminou a fome, a miséria e os problemas políticos de milhões de globalizados que vivem (ou sobrevivem) abaixo da chamada linha da pobreza absoluta (PUTNAM et al., 1995).

Estes autores argumentam que os indivíduos (atores), estando afastados dos centros das decisões pelos princípios excludentes do neoliberalismo, ficam limitados à própria capacidade de compreensão dos conceitos neoliberais e não encontram pontos de referência para se tornarem agentes de influência política no processo decisório. Ao mostrar um indivíduo ou grupos sociais ainda alienados às mudanças, distanciados dos centros das decisões, presos a fatores de ordem tecnocrática e consumista, esta análise aponta para a necessidade de posicionar-se, pensar e agir. Serve, assim, como um alerta à compreensão de princípios imprescindíveis à conquista da participação política e de uma vida mais cidadã (PUTNAM, 2000).

Percebeu-se um grande predomínio das alianças dos *Stakeholders* do setor de Mercado entre si, sendo entendidas aqui como de extrema importância. Outros grupos, no caso os dos movimentos sociais e sociedade em geral, estavam ali pouco representados e desarticulados neste contexto, o que revela as dificuldades que eles têm de conceber o sustentáculo ideológico da atualidade e de ter autonomia frente ao determinismo econômico por ele imposto. Exibe-se, assim, a importância da reflexão política na tomada de decisões, exigência básica do mundo democrático. Neste momento, “a sociedade” quer um indivíduo criativo, capaz de decidir, com versatilidade de conhecimentos. Parece óbvio

que o perfil exigido, como mostra esta abordagem, somente tornar-se-á realidade com a conquista de uma autonomia individual que conduzirá à participação política.

Os indivíduos vivem uma crise de razão na sociedade, pois o processo de desterritorialização sucumbiu-lhes o protecionismo do estado-nação (PONTHEUX, 2006). Ao conceber-se esta realidade, as considerações ganham em importância, porque nos remetem a esta discussão, na qual se centra a necessidade de garantir a participação efetiva na construção coletiva do ZSEE/MT.

Entende-se que os grupos ou seminários de trabalho e as audiências públicas das Regiões II, VIII e IX de Planejamento do ZSEE/MT estão em uma esfera pública entendida como: “conjunto de espaços físicos e imateriais onde os *Stakeholders* podem efetivar sua participação no processo de comunicação pública” (MATOS, 2006).

A legitimação de uma política pública deve passar por contextos imateriais de confiança, de reciprocidade e de engajamento nas questões públicas, mantendo e renovando as condições de existência democrática cidadã. O engajamento com certos valores cívicos de convivência torna-se um tipo de contrato de vida social que se adota naquele contexto. Tal engajamento deixa perplexa uma população de vários municípios do estado de Mato Grosso (ibid.), cada um em seu território, promovendo uma constante “luta” por poder e espaço de representação ou pelas suas necessidades, independentemente, muitas vezes, do “pensar conscientemente” acerca das atividades que exercem e que são fatores de mudanças, diretas e indiretas, nos serviços ambientais do estado de Mato Grosso, em geral e em nível local. Por isso, torna-se relevante essa compreensão.

Entende-se que, por ser a externalização cognitiva, as percepções ou enfoques nomeados pelos *Stakeholders* se enquadram no modelo de análise de indicadores da AEM, tendo em vista que suas percepções se configuram como necessidades implícitas, dentre elas, de saúde, recreação, lazer, status social, segurança de futuro e soluções para as mudanças nos serviços ambientais, visando, individual ou coletivamente,

o bem-estar. Expressam-se como *Necessidades de sobrevivência, ou fisiológicas e psicológicas*.

Através das entrevistas com os *Stakeholders* participantes dos Grupos de Trabalho (GT) e das Audiências Públicas nas Regiões II, VIII e IX de Planejamento dos Pólos de Alta Floresta, Tangará da Serra e Diamantino, pode-se concluir que 21 (32,3%) dos *Stakeholders* da Categoria de Mercado aferiram um enfoque econômico para o ZSEE/MT, o que torna predominante esse tipo de enfoque. Já na Categoria de Estado, somente 6 (9,23%) têm este entendimento.

Na Categoria de *Stakeholders* Comunitários, não houve nenhuma referência a este enfoque. Estes *Stakeholders* têm entendimento diferente; argumentam e defendem que a Categoria de Mercado coloca os seus interesses para resolver os problemas relacionados à captação de recursos, geração de rendas, distribuição de terras, exploração dos recursos naturais e expansão do agronegócio e das fronteiras agrícolas.

Estes enfoques ou percepções se configuram como o principal gargalo de conflitos nessas regiões e podem ser determinantes para o bem-estar humano local e regional, principalmente porque deles é que surgem os conflitos sociais, como as disputas por terras, grilagem, expropriação de bens, criação e uso indevido de AP (TI, UC, APP e ZA), falta de controle do desmatamento e avanço da fronteira agrícola.

Tabela 2. Enfoques ou percepções socioambientais dos *Stakeholders* ao ZSEE/MT, por Regiões de Planejamento (RP).

RP	Enfoques ou percepções socioambientais dos <i>Stakeholders</i> dados ao ZSEE/MT	Categorias de <i>Stakeholders</i>			Nº Total	Total (%)
		Mercado	Comunitário	Estado		
II	Econômico	2	0	0	2	3,1
	Jurídico/Político	1	0	3	4	6,2
	Cultura(lista)	0	0	0	0	0
VIII	Econômico	4	0	1	5	7,6
	Jurídico/Político	2	1	2	5	7,6
	Cultura(lista)	0	3	0	3	4,6
IX	Econômico	13	0	3	16	24,6
	Jurídico/Político	3	2	7	12	18,5
	Cultura(lista)	0	1	1	2	3,1
Cuiabá e outros Estados	Econômico	2	0	2	4	6,2
	Jurídico/Político	1	1	5	7	10,7
	Cultura(lista)	0	5	0	5	7,6
Total		28	13	24	65	100

Nas Regiões de Planejamento do ZSEE/MT aqui estudadas, dos 28 entrevistados da Categoria de Mercado, 21 (75%) deram enfoques Econômicos ao ZSEE/MT (75%), sendo que 13 deles estiveram na Região IX, totalizando 61,9% destes. Na Categoria de Estado, de um universo de 24 entrevistados, 6 (9,23%) enfocam economicamente o ZSEE/MT, sendo 1 da Região VIII, 3 da Região IX e 2 de Cuiabá.

Identificou-se, também, que muitos *Stakeholders* têm seu entendimento sobre o ZSEE/MT dando enfoque a este como sendo um instrumento jurídico/político. Dos 65 entrevistados nas Regiões aqui estudadas, 28 (47,07%) enfocaram o ZSEE/MT neste escopo. Destes, a Categoria de Estado predominou com 17 participantes, totalizando 26,15%. Já a Categoria de *Stakeholder* Comunitário foi a de menor expressão para este enfoque, com 4 citações, totalizando 6,16%. Nesta Categoria, predominou o enfoque cultura(lista) em todas as regiões estudadas, com 9 (13,9%) dos participantes entrevistados. Este enfoque pressupõe as necessidades dos atores envolvidos no processo, que enfatizam o ZSEE/MT como *resposta* em busca do bem-estar humano, tendo cada Categoria as suas próprias.

Na análise por regiões e seus enfoques ao ZSEE/MT, houve, também, maior indicação para o enfoque Cultura(lista) na Região IX, seguido de Cuiabá, Regiões VIII e II. Os *Stakeholders* Comunitários da Região II não mencionaram este enfoque.

Destacaram-se os enfoques mencionados pelos *Stakeholders* nas Regiões II, VIII, IX e Cuiabá.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Destaca-se e frisa-se a necessidade de continuidade de estudos para o acompanhamento e entendimento das percepções socioambientais no contexto do ZSEE/MT, o que é de extrema relevância, tendo em vista que as intervenções e discussões futuras serão objetos de análise e critérios para uma suposta mudança e aprovação pela Comissão especial do ZSEE/MT da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso e estas culminarão em ementas que servirão como substitutivos legais ou propostas de substituição dos termos encontrados na proposta original.

Muitos são os pedidos de mudanças, às vezes até de Categoria, em Zonas que, pelo ZSEE/MT, deveriam ser de áreas protegidas. Tais pedidos e/ou propostas não possuem embasamento de caráter técnico

nem o rigor científico devido, baseando-se, simplesmente, no interesse de uma Categoria que exerce atividade econômica naquela região. A pressão política e econômica dos propositores gira em torno dessa prerrogativa de questionamento, com viés somente econômico. Poucas são as resistências exercidas em liderança pelos *Stakeholders* da Categoria Comunitário, e não convém aqui enumerá-las.

Antecipadamente, espera-se que os técnicos da Secretaria de Estado de Planejamento do Governo de Mato Grosso (Seplan) adiantem seu Parecer Técnico e Jurídico, o qual será enviado para o Executivo estadual para que este venha a vetar substitutivos propostos pelos Parlamentares, caso venham a causar danos aos serviços ambientais e estejam em desacordo com a legislação ambiental vigente, ou seja, tecnicamente inviáveis. Ainda se espera que, caso ele seja votado, com as mudanças na íntegra que descaracterizam o Projeto de Lei (PL) original, o posicionamento da Seplan seja o de promover a intervenção junto ao Ministério do Meio Ambiente (MMA), em Brasília-DF.

Tanto o MMA quanto os funcionários públicos ouvidos externam que, caso o ZSEE/MT sofra mudanças e se torne mais político do que técnico, o mesmo deverá ser reavaliado e, se assim não for, não passará pelo aval do MMA, tendo em vista que será ilegal e contrário ao Programa Nacional de Zoneamento. Eles categoricamente se sentem corresponsáveis por quaisquer prejuízos e *não* se calarão.

Percebe-se que, se houver mudanças drásticas, o Projeto de Lei não será aprovado pelo MMA, retornará para correções e tudo voltará à “estaca zero”, novamente.

Salienta-se aqui que, logo após o Zoneamento ser aprovado no estado pela Assembleia, ele será encaminhado para a análise do Ministério do Meio Ambiente. Após isso, a Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), que dispõe sobre o zoneamento de Mato Grosso, será elaborada e votada com base no parecer emitido pelo MMA.

Por isso, sugerem-se estudos para o futuro que venham a promover entendimentos e/ou a compreensão da trama ou do emaranhado de relações entre os *Stakeholders*, e quais foram realmente as verdadeiras

intervenções, quais as emendas ou substitutivos geraram, de quem elas partiram e o que isso implica na evolução da política socioambiental do estado de Mato Grosso, permitindo, assim, mapear a percepção, a evolução e o perfil da concretização real de uma política pública de Ordenamento Territorial, bem como as necessidades reais que não comprometam as funções ambientais.

As aspirações de todos os *Stakeholders* deveriam ser percebidas como frutos de realidades muito dinâmicas e coletivas. O fluxo de relações obedece a uma lógica de alianças de acordo com as demandas de cada Categoria, sendo que não devem se sobrepor umas às outras e nem devem ser marcadas pela dominância de interesses, no sentido econômico e de “política eleitoreira”.

Sabe-se que a pressão política está em consonância com as definições geradas até o momento, tendo em vista que o estado, como um todo, tem sua base econômica voltada para o agronegócio, e estes integrantes encontrados na Categoria de Mercado usam o seu poder econômico e político para pressionar a Categoria de Estado. Alegam que, “*depois, na hora da eleição, quem irá patrocinar as campanhas? Para quem irão pedir votos? Quem irá se eleger se estes não servem para representar a ‘Classe’?*”, e assim vão os discursos...

Acredita-se, definitivamente, que não há o que finalizar nesta pesquisa, pois, através da Ciência, do estudo com rigor científico, é que se pode “levar” ou compartilhar, com toda a sociedade, o conhecimento e a verdade, por mais relativa que seja, permitindo, assim, que sejamos não só sujeitos de nossas relações sociais, mas que tenhamos também meios de intervir, mudar, exigir, construir e sonhar com o destino e o futuro das atuais e futuras gerações, e da natureza como um todo, concretizando utopias, cultivando e disseminando valores reais de paz, amor e respeito à dignidade moral, ética, justiça e bem-estar socioambiental.

REFERÊNCIAS

- AEM – Avaliação Ecológica do Milênio. Disponível em: <<http://www.millenniu-massassessment.org/documents/document.446.aspx.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2010.
- GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- KÖCHE, J. C. *Fundamentos de Metodologia Científica*. Petrópolis: Vozes, 2006.
- LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. *Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.
- MATOS, H. Comunicação política e Comunicação pública. *Organicom*, São Paulo: ECA/USP, n. 4, 2006.
- PUTNAM, R. D. et al. *Making democracy work*. Princeton-EUA: Princeton University Press, 1995.
- _____. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: FGV, 2000a.
- _____. *Bowling alone: the collapse and a revival of american community*. New York-EUA: Simon & Schuster, 2000b.
- PONTHIEUX, S. *Le capital social*. Paris-França: La Découverte, 2006.
- RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.